

<b>Bolsas</b> Na quinta-feira	<b>Pontuação B3</b> Ibovespa nos últimos dias	<b>Dólar</b> Na quinta-feira	<b>Salário mínimo</b>	<b>Euro</b> Comercial, venda na quinta-feira	<b>CDI</b> Ao ano	<b>CDB</b> Prefixado 30 dias (ao ano)	<b>Inflação</b> IPCA do IBGE (em %)
0,99% São Paulo	127.791	R\$ 5,811 (+ 0,77%)	R\$ 1.412	R\$ 6,094	11,15%	11,44%	Junho/2024 0,21 Julho/2024 0,38 Agosto/2024 -0,02 Setembro/2024 0,44 Outubro/2024 0,53
1,06% Nova York	14/11 18/11 19/11 20/11	Últimos					
		13/novembro 5,789 14/novembro 5,788 19/novembro 5,767 20/novembro 5,767					

**CONTAS PÚBLICAS/** Equipe econômica anuncia hoje mais um relatório de avaliação de receitas e despesas, com novo bloqueio no Orçamento de 2024. Na edição anterior do relatório, foram retidos R\$ 13,3 bilhões

# Gov. deve cortar mais R\$ 7 bi este ano

» ROSANA HESSEL

Os ministérios da Fazenda e do Planejamento e Orçamento (MPO) apresentam hoje o relatório de avaliação de receitas e despesas do 5º bimestre. Os dados observados no período obrigaram a equipe econômica a realizar um novo bloqueio de despesas no Orçamento deste ano.

Segundo fontes do governo, esse bloqueio adicional deve girar em torno de R\$ 7 bilhões e não está previsto contingenciamento. A contenção de gastos visa cumprir a meta fiscal prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que permite um déficit primário de até 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB), ou R\$ 28,8 bilhões. Este é o piso da meta que está sendo perseguida pelo governo. O relatório bimestral anterior já continha a previsão de abatimento de R\$ 40,5 bilhões de gastos que ficarão fora do cálculo, como o pagamento de precatórios, o socorro financeiro contra as enchentes no Rio Grande do Sul e o combate aos incêndios florestais.

O bloqueio de gastos é realizado quando a estimativa de despesa ultrapassa o limite definido no arcabouço fiscal. Já o contingenciamento depende da revisão do governo para as estimativas de receitas e despesas para o último bimestre do ano. Na edição anterior, o governo fez um

malabarismo contábil entre desbloqueios e contingenciamentos e anunciou uma contenção adicional de R\$ 13,3 bilhões.

Na noite de ontem, ao deixar o ministério, o ministro Fernando Haddad disse aos jornalistas que a receita continua “vindo em linha com o projetado pela Fazenda e a despesa vai exigir novos bloqueios”. Ele afirmou que o bloqueio está em linha com o valor que o ministro da Casa Civil, Rui Costa, tinha adiantado, em torno de R\$ 5 bilhões, “mas um pouco maior”.

Analistas ainda preveem receitas extras que podem ajudar o governo nessa conta para cumprir a meta fiscal deste ano, como dividendos de estatais e o empoçamento de despesas previstas que não foram executadas. Pelos cálculos da Instituição Fiscal Independente (IFI), por exemplo, para cumprir o piso dessa meta fiscal, o governo precisaria de um corte adicional de R\$ 13,6 bilhões. E, se a equipe econômica liderada por Haddad, voltasse a perseguir a promessa de zerar o rombo das contas públicas do governo federal, a economia necessária seria maior, de R\$ 42,3 bilhões.

O diretor da IFI, Alexandre Andrade, destacou que a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) barrando as emendas Pix tem ajudado o governo a conter gastos em torno de R\$ 16,5 bilhões, o que contribuiu para que o novo



Tebet e Haddad fizeram as contas e concluíram que ministérios devem sacrificar R\$ 7 bilhões

bloqueio de despesas acabasse sendo menor. O técnico lembrou que “podem surgir novas fontes de recursos”, como os cerca de R\$ 20 bilhões de dividendos de estatais federais que já foram anunciados.

Pelas estimativas de Manoel Pires, coordenador do Centro de Política Fiscal e Orçamento Público do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio

Vargas (FGV Ibre), somados com o novo bloqueio, o contingenciamento total de despesas orçamentárias pode passar de R\$ 20 bilhões. “Esse é um número alto para o padrão histórico”, destacou.

## Pacote fiscal

Enquanto o governo tenta equilibrar as contas de 2024, o

mercado segue na expectativa do novo pacote fiscal prometido pelo ministro Haddad desde o fim de outubro e cujo anúncio deverá ficar para a próxima semana, na segunda-feira, segundo o ministro Haddad. “Já adiantamos algumas medidas para alguns parlamentares e alguns líderes e ele é suficiente para reforçar o arcabouço fiscal”, afirmou Haddad.

A expectativa do mercado é de um corte em torno de R\$ 70 bilhões, mas analistas ainda esperam uma desidratação nesse pacote quando ele for para o Congresso.

De acordo com Manoel Pires, do Ibre, ainda existem duas dimensões do que significa “resolver” a questão fiscal. “A primeira é como o mercado deve encarar isso e o impacto em juros e câmbio. Se o pacote ajudar a distensionar essas duas variáveis, teremos um bom resultado, porque a economia tende a melhorar. Acho que o governo busca principalmente isso. A segunda é se ele resolve as pressões do arcabouço para a frente e o problema fiscal”, alertou. De acordo com ele, o pacote pode dar uma boa melhorada no cumprimento do arcabouço em 2025/2026, “ainda que, talvez para 2026, fique um pouco apertado”. “Mais para frente, talvez sejam necessárias outras coisas, mas esse pacote não é pensado para ser uma bala de prata. O fiscal é sempre pensado como uma solução em construção em que as medidas vão se ajustando ao longo do tempo”, ressaltou.

Na avaliação de Tiago Sbardelotto, economista da XP Investimentos, o mercado já considera que o novo arcabouço não é sustentável. “Será preciso discutir as regras de despesas. As atuais não são sustentáveis se, a cada quatro anos, o governo resolver mudar a regra”, lamentou.

## Novo recorde de arrecadação

» FERNANDA STRICKLAND

A arrecadação do governo federal alcançou R\$ 247,9 bilhões em outubro de 2024, um aumento real de 9,8% em comparação ao mesmo mês do ano passado, informou ontem a Receita Federal. Esse valor é o maior já registrado para o mês na série histórica iniciada em 1995.

O bom resultado reflete tanto a adoção de medidas tributárias implementadas em 2023 quanto o bom desempenho da economia brasileira, que tem surpreendido positivamente. Entre as ações do governo que influenciaram a alta na arrecadação estão a tributação de fundos exclusivos e “offshores”, mudanças na taxa de incentivos estaduais, retomada de impostos sobre combustíveis, limitação de pagamentos de precatórios e ajustes no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

Segundo a Receita Federal, o desempenho da arrecadação neste ano também está relacionado com “comportamento das variáveis macroeconômicas”, ou seja, pelo crescimento da economia — que tem surpreendido positivamente os economistas.

Os dados da arrecadação também apontam que de janeiro a outubro, a arrecadação federal somou R\$ 2,21 trilhões, considerando a inflação, o que representa um crescimento real de 9,8% em relação ao mesmo período de 2023. O montante também é recorde para o acumulado dos dez primeiros meses do ano.

Em relação ao PIS/Pasep e a Cofins houve uma arrecadação

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Medidas arrecadatórias criadas a partir de 2023 ajudaram no recorde

conjunta de R\$ 47,19 bilhões, representando crescimento real de 20,25%.

Segundo o órgão, esse desempenho é explicado pela combinação dos aumentos reais de 3,89% no volume de vendas e de 4,02% no volume de serviços de setembro de 2023 a setembro deste ano, e pelo acréscimo da arrecadação relativa ao setor de combustíveis, pelo aumento no volume de importações e pelo desempenho positivo das atividades financeiras

## Contas públicas

O desempenho robusto da arrecadação é uma das principais apostas do governo para cumprir a meta fiscal de zerar o déficit

público em 2024, conforme estipulado na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). No entanto, o arcabouço fiscal permite uma margem de tolerância, admitindo um déficit de até R\$ 28,75 bilhões sem configurar descumprimento da meta.

Adicionalmente, despesas extraordinárias, como os R\$ 38,6 bilhões destinados ao enfrentamento de enchentes no Rio Grande do Sul e os R\$ 1,35 bilhão concedidos ao Judiciário e ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), estão fora do cálculo da meta fiscal. Apesar de serem justificáveis, analistas criticam o elevado número de exceções, argumentando que elas comprometem a transparência e pressionam a dívida pública.



## COMUNICADO À SOCIEDADE

O SINDIFISCO NACIONAL (Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil) comunica à sociedade que os Auditores-Fiscais, reunidos em assembleia nacional ocorrida no **dia 21 de novembro de 2024, aprovaram Greve, por tempo indeterminado, a partir do dia 26 de novembro de 2024**, ocasião em que serão mantidas as atividades consideradas essenciais e respeitada a manutenção de **quantitativo mínimo de 30% (trinta por cento)** dos integrantes da categoria, em respeito às normas legais e à sociedade como um todo e, ainda, em observância à relevante função pública exercida pelos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil.

Brasília/DF, 21 de novembro de 2024.

Isac Moreno Falcão Santos  
Presidente